



A Quadra está no ar: estudo de caso da Rádio Centro de Comunicação Alternativa, em Fortaleza¹

Ana Karolina Cavalcante ASSUNÇÃO²

Milena de Castro RIBEIRO³

Síria Mapurunga BONFIM⁴

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a experiência da rádio Centro de Comunicação Alternativa do Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, localizado no bairro Aldeota, em Fortaleza, Ceará. Produzida pelos moradores há quase 20 anos, a rádio é transmitida através de alto-falantes distribuídos em postes pela “Quadra”, nome pelo qual também é conhecido o Conjunto. Busca-se, através do artigo, relatar a história e experiência da rádio, ao mesmo tempo em que se discute o papel das rádios comunitárias e a participação da própria comunidade nesses veículos populares.

PALAVRAS-CHAVE: rádio; comunicação comunitária; participação.

INTRODUÇÃO

A rádio Centro de Comunicação Alternativa da comunidade São Vicente de Paulo (também conhecida como Quadra) surgiu a partir da demanda dos próprios moradores da região. São eles que criam e produzem os programas e ainda montam e mantêm os equipamentos. Ou seja, estão envolvidos no processo de comunicação atuando não apenas como emissores, mas também como produtores de informação.

A rádio tem como características o caráter popular e comunitário, processos de comunicação que surgem nas décadas de 1970 e 1980 entre movimentos populares e organizações de base da América Latina.

Em síntese, a comunicação popular, alternativa e comunitária se caracteriza como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir dos movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do “povo”. Possui conteúdo crítico-emancipador e reivindicativo e tem o “povo” como protagonista principal, o que a torna um processo democrático e educativo. É um instrumento político das classes

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem do Programa de Pós-graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará – UFC, email: karolina.assuncao@gmail.com.

³ Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem do Programa de Pós-graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará – UFC, email: milenabrasil@gmail.com.

⁴ Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC, email: siriamapurunga@uol.com.br



subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa. (PERUZZO, 2011, p.13).

Nesse aspecto, é importante observar que a comunicação popular e comunitária possibilita “vez e voz” ao povo, tornando-o protagonista do processo de comunicação. Representa outra comunicação (como contraponto àquela produzida por meios comerciais), elaborada no âmbito das comunidades e dos movimentos sociais, que serve não só como mecanismo de informação sobre os acontecimentos locais, mas também como instrumento de mobilização e transformação social.

Através dela, a população tem garantido seu direito humano à comunicação (tanto no quesito “ser informado”, como também no de produção de conteúdos).

Por meio dela, em última instância, realiza-se o direito de comunicar ao garantir o acesso aos canais de comunicação. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia -, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos (PERUZZO, 2011, p.22)

Mendonça (2011) chama a atenção da importância da existência de meios em que o protagonista é a classe “subalterna”, pobre, muitas vezes excluída socialmente. De acordo com a autora, ao abordar questões cotidianas dessa parcela da população, garantindo voz, “é possível ultrapassar a lógica vigente” (p.150), ou seja, é possível mostrar uma visão diferente daquela abordada pela mídia comercial.

Assim, garante esse “olhar” localizado como produtor de mensagens e conteúdos relevantes para a comunidade, servindo de contraponto e complemento às informações apresentadas pela mídia comercial.

A comunicação popular, alternativa e comunitária ainda possibilita a atuação da comunidade. Uma participação, como afirma Pedro Demo (2009), que precisa ser conquistada. “Não pode, então, haver participação dada, doada, preexistente. Somente existe na medida em que a conquistamos, num contexto de esforço conscientizado das tendências históricas contrárias” (2009, p.84).

De acordo com Cicília Peruzzo (1998), as rádios que funcionam através do sistema de alto-falantes são chamadas de “rádio povo”, “rádio popular” ou “rádio poste”. O uso de alto-falantes como rádio é uma prática existente no Brasil desde antes do golpe militar de 1964, principalmente ligada a Igrejas e estabelecimentos comerciais. Com o Golpe, as rádios foram extintas, tendo retornado à ativa na década de 1980,



período de maior destaque. Aos poucos, porém, foram entrando em declínio, dando lugar às emissoras de rádio de baixa potência, conhecidas como rádios comunitárias, que funcionam em Frequência Modulada.

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo em número reduzido, as rádios com sistema de alto-falantes ainda existem, englobando diferentes objetivos, desde fins comunitários a fins particulares e/ou comerciais.

A comunidade

Visto de fora, o Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo pode causar estranhamento pelo amontoado de casas. Mas o que parece desorganizado, impressiona pelo ordenamento das ruas internas, quase formando um xadrez, com todas as casas numeradas, e o centro comunitário localizado bem no meio do Conjunto.

As ruas estreitas guardam uma surpresa ao visitante mais atento. São cerca de 12 caixas de som penduradas no alto de postes espalhados pela comunidade, de onde surgem vozes e músicas, chamando a atenção das muitas pessoas que circulam entre as várias casas de dois e até três andares⁵.

O Conjunto fica localizado no bairro Aldeota, delimitado pela Avenida Virgílio Távora e as ruas Beni de Carvalho, General Tertuliano Potiguara e Vicente Leite. Também é conhecido como “Quadra”, por fazer parte de um grande quadrado, formado por dois grandes quarteirões. Muitas vezes é associado ao nome “Santa Cecília”, por estar ao lado do Colégio Santa Cecília.

As primeiras notícias que se têm do espaço datam das décadas de 1950 e 1960. Moradores antigos revelam que, após a ocupação do terreno por um grupo de pessoas vindo de outros bairros da cidade, por volta de 1956, foram construídos vários barracos, formando a então “Favela da Quadra”.

Notícias divulgadas em jornais da época relatam que o terreno ocupado pertencia ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e seria doado ao Ministério do Interior, que faria a transferência ao Governo do Estado do Ceará. Em depoimento ao Jornal “Voz da Quadra”⁶, a população descreveu a situação

⁵ De acordo com os moradores do local, no último levantamento feito na comunidade, por volta do ano 2000, a Quadra contava com mais de 600 famílias, ocupando 444 casas. A estimativa da época era de que cerca de 3.000 pessoas viviam no Conjunto. Atualmente, apesar da imprecisão dos dados, é estimado que existam mais de 5.000 habitantes, nas mais de 444 casas.

⁶ A experiência do jornal comunitário “Voz da Quadra” foi relatada em artigo apresentado no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007. “Voz da Quadra: a



da comunidade no início da ocupação: “quando chegamos aqui, em 1975, as casas eram todas de papelão, em sua grande maioria e, quando chovia, a gente se acordava pra cobrir os meninos. Havia muita lama, muita pobreza, não havia nada”, disse D. Rita Ilza...” (Voz da Quadra, Julho de 2006, p.04).

Por meio de matérias publicadas em jornais da época, percebe-se a situação precária em que os habitantes da favela viviam. Eles contam que nos anos 1980, na época da criação da igreja São Vicente de Paulo, localizada a poucos metros do Conjunto, foi organizado o conselho comunitário. Com a criação do conselho, foi possível construir o poço profundo, promovendo a distribuição de água. Nessa época, os movimentos sociais religiosos tinham influência direta nas comunidades. Como explicou Silva: “a igreja tem tido papel fundamental nesse processo de conscientização e preparação das comunidades para a participação e mobilização popular” (SILVA, 1992, p.113).

De acordo com o Relatório das atividades da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (Proafa), por meio de um dos seus moradores, uma carta foi enviada à primeira-dama do Estado da época, no início da década de 1980, D. Luiza Távora, solicitando a urbanização da favela. Na carta, pedia-se a continuidade da permanência no local, dada a excelente localização e condições oferecidas pelo bairro.

A urbanização da antiga favela só ocorreu através da resistência popular e da mobilização. Silva (1992) relata o depoimento de um morador explicando que, por volta de 1978, a favela era conhecida pela violência e, por isso, os vizinhos ricos da Aldeota pediam a sua transferência. Como os moradores tinham empregos nas proximidades e um conjunto de facilidades no bairro, evitaram a expulsão “através de uma longa resistência popular” (p.126).

Até hoje, os habitantes se orgulham ao contar sobre a visita da primeira-dama à favela, no dia 30 de abril de 1980. Graças à carta, Luiza Távora se comprometeu a sanear toda a área. A estimativa da época mostrava que mais de 2.000 pessoas moravam no local.

Durante a urbanização, a população se manifestou contra as condições ruins dos alojamentos e o tamanho das casas que seriam construídas com a urbanização. Depois

experiência do jornal comunitário no conjunto habitacional São Vicente de Paulo (Quadra)”, pela autora Milena de Castro Ribeiro.



de muitas discussões, foram reunidas assinaturas e finalmente aprovou-se o processo de urbanização da antiga Favela Santa Cecília, que durou menos de três anos.

A população voltou para as novas casas, no agora denominado Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, no mesmo local da antiga favela. Em entrevista ao Jornal “Voz da Quadra”, uma moradora relembra o momento da entrega das chaves. “Vocês estão morando num canto onde um palmo de terra vale um pote de ouro”, foram as palavras ditas por D. Luíza Távora, quando entregava as chaves das casas aos moradores (Voz da Quadra, julho de 2006, p. 05).

Hoje, o Conjunto é formado por uma maioria pobre que divide espaços pequenos com várias pessoas, devido ao aumento populacional e à impossibilidade de ampliação física do espaço. Dessa forma, a única maneira encontrada para suportar um maior número de habitantes foi através da construção de um segundo andar nas casas.

Mesmo assim, a comunidade conseguiu se organizar, definindo ruas, casas numeradas e conquistando serviço de água e esgoto, além da creche e do posto de saúde. Com a urbanização, passou, então, de uma favela com casas de papelão para um conjunto habitacional no meio da Aldeota.

Vários projetos sociais já realizaram atividades no Conjunto, como a Central Única das Favelas (Cufa), Oboé Cidadania, e a própria rádio comunitária, que surgiu através de iniciativa de moradores do local.

A Rádio

Na Aldeota, bairro nobre de Fortaleza, um grupo de jovens da comunidade São Vicente de Paulo criou o GAC (Grupo de Apoio Comunitário), com o objetivo de apoiar a Associação dos Moradores no que diz respeito à área social. Um dos maiores feitos dessa iniciativa foi a fundação, em 6 de fevereiro de 1993, da Rádio Comunitária da Quadra, batizada de Rádio Comunitária FM GAC.

O grupo conseguiu arrecadar dinheiro com festas e desfiles e comprou os primeiros equipamentos necessários para o funcionamento da “Rádio Comunitária FM GAC”, transmitida através de alto-falantes espalhados pela área. Em 1996, com a ajuda financeira de uma fundação, novos equipamentos foram adquiridos e a programação da rádio já conseguia atingir mais de 60% do Conjunto.

Com o intuito de buscar um canal de comunicação utilizado pela própria comunidade, essa ferramenta passou a ser importante no registro do cotidiano dos moradores e no acesso à informação de interesse local. Desde o início, os integrantes da



Rádio também se preocuparam em levar entretenimento e diagnosticar as demandas internas, com dicas de empregos e serviços de utilidade pública, abrindo espaço para campanhas educativas e de saúde, anúncios de eventos e apelos, feitos tanto por pessoas do local como por gente de outras regiões. Denúncias e pedidos de soluções de problemas enfrentados também podem ser feitos na Rádio.

Durante esses 19 anos de existência, completados em 2012, não foram raros os apelos realizados na Rádio para ajudar colegas por meio de dinheiro, alimentos e medicamentos doados a pessoas em situação “difícil”. Dessa forma, a iniciativa na São Vicente de Paulo passou a servir, sobretudo, como meio de integração da comunidade.

Francisco Gerardo da Silva, mais conhecido como “Chico Cambista”, um dos integrantes mais ativos da emissora, destaca a relevância do meio. “A rádio tem uma função das mais louváveis. Presta um serviço muito importante pra nossa comunidade, pois é um veículo de comunicação trabalhando a serviço da própria comunidade. Se morria alguém aqui e não tinha o caixão, se a pessoa tava doente e não tinha de onde tirar, a gente fazia apelo... se precisa de um remédio, ligeirinho a gente consegue”⁷.

Em 1996, por divergências de seus fundadores, o GAC se desfez, porém a emissora continuou no ar. Em 2007, ganhou novo nome: Centro de Comunicação Alternativa, a partir de um acordo realizado entre membros da Associação de Moradores e integrantes da Rádio.

Ao longo de sua trajetória, a Rádio somente fechou as portas em 2006, por falta de programação e de interessados em levar à frente a iniciativa, sendo retomada no ano seguinte. De acordo com o Senhor Chico Cambista, atual presidente da emissora, com a entrada do novo presidente da Associação dos Moradores, na época, a rádio passou a ser administrada pela associação. “Quando ganhava um novo presidente, aí ficaria na locução quem fosse do lado do presidente. Se fosse contra, botava pra fora. Aí ficou essa coisa: passei um ano fora por causa dessa confusão”, explica Sr. Chico. Por conta disso, o grupo liderado por ele elaborou um documento que declarava estar a rádio sob o comando de um grupo gestor formado por seis pessoas, independente da Associação Comunitária, mas sujeita a sua apreciação.

Público-alvo e linguagem

⁷ Depoimento gravado no dia 23 de janeiro de 2012.



Atualmente, a Rádio alcança, de forma direta, a Quadra e, de forma indireta, a vizinhança, assim como pessoas dos ambientes de trabalho/escola e lazer frequentados pelos moradores. São donas de casa, estudantes, comerciantes, trabalhadores/as autônomos.

Como se trata da uma “comunicação do povo”, feita por ele e para ele, com o objetivo de provocar uma reflexão sobre a realidade e gerar discussão, a linguagem utilizada se confunde com a da própria comunidade. Dessa forma, é simples e direta, com o intuito de atingir o público em questão. Não há preocupações “rígidas” com a forma, pois quem produz fala diretamente àquele grupo de pessoas do seu círculo de convivência.

Integrantes

“Chico Cambista” é o presidente da Rádio e está à frente da iniciativa desde a fundação, há quase 20 anos. José Aguiar Viana, o Zequinha, faz a manutenção dos equipamentos, também desde a inauguração, e foi ele o responsável por fazer as caixas de som. Outro membro da equipe é João Roberto de Carvalho, que foi o primeiro líder comunitário e hoje apresenta o programa religioso “Despertar é viver”. Sandra Monteiro já foi presidente da Associação de Moradores e atualmente é agente de saúde. Ela já apresentou programa sobre saúde na Rádio. O artista plástico Dante Diniz é colaborador desde 1995, produzindo um programa informativo, chamado Latitude 40°, o único que não mora na comunidade. O marceneiro Marcos Antônio da Silva, Ana Lúcia Lima e Paulo Roberto Felipe também integram a iniciativa.

Um grupo gestor, formado por seis pessoas, atua em conjunto na gestão da Rádio. É responsável por administrar os equipamentos técnicos e a sede, criar a grade de programação e realizar convênios e parcerias com outras instituições. As ações do grupo estão sujeitas à apreciação da Associação de Moradores, levando em conta que o Centro de Comunicação Alternativa faz parte do Conjunto. A equipe não pode ser dissolvida pela direção da Associação, a não ser em caso de fechamento da Rádio por qualquer motivo. A produção é feita por colaboradores e moradores, que se responsabilizam cada um por um programa semanal.

Programação



Os programas ao vivo são transmitidos através de alto-falantes localizados em diferentes pontos da comunidade. São 12 caixas de som, situadas em postes, desenvolvidas por Zequinha na época da fundação da Rádio. A internet não é utilizada, porque não há estrutura que possibilite seu uso. A iniciativa não possui computador, apenas mesa de som e amplificadores.

O planejamento da grade de programação é possível a partir da ação de moradores e colaboradores, de forma espontânea e voluntária. Dessa maneira, assuntos de interesse local, como informações sobre a região e o município de Fortaleza, dicas de emprego, músicas, esportes, religião integram a lista das temáticas abordadas.

A Rádio funciona de segunda a sexta-feira, com a média de um programa por dia, com duração de uma hora. As manhãs de domingo são dedicadas ao programa “Recordar é viver”, com músicas “antigas”, apresentado por seu Chico Cambista, de 9h30 às 11h. As segundas e quartas-feiras são dedicadas a informações sobre empregos e esportes, através do programa Latitude 40°, apresentado por Dante Diniz, também das 9h30 às 11h. Nas tardes de terça, quarta e sexta-feira, programas religiosos vão ao ar das 16h às 17h. Nas quintas-feiras, pela tarde, a programação é dedicada ao forró.

Como há espaço disponível na grade, os interessados em produzir programas podem entrar em contato com os atuais responsáveis. Para participar, é necessário respeitar a vizinhança, obedecendo a critérios como horários adequados e conteúdos que não desrespeitem os ouvintes.

De acordo com o grupo gestor, a emissora possui “80% de aprovação”. São poucas as reclamações quanto à existência da Rádio. Prova disso, são os comentários, pedidos de música e a participação dos ouvintes, interação esta que ocorre através de conversas informais feitas diretamente na Rádio ou ainda no encontro corriqueiro pelo Conjunto. Até mesmo pessoas de outros bairros de Fortaleza chegam à Rádio para fazer apelos.

Já a mobilização do público-alvo para participação na iniciativa é feita principalmente durante os programas de Rádio, que têm espaços para a participação do ouvinte, ou ainda durante as reuniões da associação e eventos. A responsabilidade por essas ações é dos próprios locutores e produtores da Rádio, que ainda buscam essa participação, muitas vezes, de forma direta, falando com os ouvintes e respondendo a suas críticas e demandas.

A utilização das redes sociais, como canal de diálogo, no entanto, ainda não pode ser feita, por falta de computador. O interesse dos membros do Centro de



Comunicação Alternativa pelo envolvimento da população tem a ver justamente com a possibilidade de aquisição de melhorias, tanto na estrutura física como na capacitação de quem faz os programas.

Manutenção

Atualmente a Rádio é sustentada a partir de contribuição mensal dos comerciantes locais. Em média, a Rádio recebe cerca de R\$ 200 por mês, valor destinado à manutenção de equipamentos e do espaço físico.

Conclusão

No caso da Quadra, a rádio está disponível àqueles que desejam produzir programas. As produções são realizadas de forma autônoma. Mesmo que muitas vezes a participação seja limitada – por falta de recursos materiais e físicos ou por falta de interesse por parte da própria comunidade – a Rádio funciona graças à atuação dos moradores.

Entretanto, vale ressaltar que o processo de comunicação através de alto-falantes também pode ser limitado. Por um lado, o baixo custo do equipamento e da manutenção e o fácil manuseio contribuem para a participação popular; por outro, o acesso à recepção dos programas é limitado, visto que as mensagens só chegam àquelas pessoas que estão próximas aos locais onde os alto-falantes estão instalados (URIBE, 2004).

Além disso, a recepção acaba não sendo de todo democrática, pois todos são “obrigados” a ouvir o programa, já que não há como ligar e desligar o equipamento nem controlar o volume de forma individual.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009

MENDONÇA, Maria Luiza Martins de. **Produção audiovisual e expressão da cultura subalterna no Brasil**. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise



(orgs.). Comunicação e Cidadania: questões contemporâneas. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2011. p.141-156.

PERUZZO, Cíclia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor.** In: BARABALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (org.). Comunicação e Cidadania. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2011, p.09-27.

_____. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.** In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998. Recife. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>> Acesso em: 11 de abr. 2012

RIBEIRO, Milena de Castro. **O luxo da aldeia:** a comunidade da Quadra sob o olhar jovem. Fortaleza, 2007. Monografia apresentada no Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Ceará – UFC. 96pg.

SILVA, José Borzachiello. **Os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

URIBE, Esmeralda Villegas. **Alto-falantes:** Formas autônomas de expressão e de desenvolvimento local. In: PERUZZO, Cíclia. Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises das experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara, 2004, p. 113-132.